

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O ensino da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro é, no entender do PCP, uma opção estratégica, pelo que não devia ser encarada como apenas uma despesa, mas sim como um investimento necessário para o presente e para o futuro de Portugal e de afirmação do país no Mundo.

Sucessivos Governos têm anunciado a importância do ensino do português no estrangeiro para a afirmação de Portugal no Mundo. A realidade, porém, é que tais Governos, sejam eles do PS, ou do PSD, com ou sem CDS-PP, também têm vindo a desprezar a rede de ensino do português no estrangeiro, não a dotando de financiamento e de meios – quer técnicos, quer humanos – adequados que permitam a adopção de estratégias que possam responder na íntegra às legítimas aspirações das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Aliás, isso é bem patente na introdução, pelo anterior governo PSD/CDS-PP, no pagamento de propina no ensino do português no estrangeiro e pela crescente opção de o ensino de português ser considerado como língua estrangeira.

A evolução do surto epidémico COVID-19 tem imposto, em vários países, medidas de contenção do vírus a que, naturalmente, as nossas comunidades residentes nos mesmos não são alheias, desde logo pelo encerramento dos postos consulares nos respectivos países.

Em Portugal, procurando mitigar as consequências do encerramento das escolas, decidiu o Governo avançar com um programa de ensino, disponível no canal RTP Memória, que tem por objectivo manter as aulas à distância durante o surto epidémico.

Nos últimos dias, o PCP tomou conhecimento, através de vários testemunhos de compatriotas nossos, nomeadamente no Canadá e no Luxemburgo, que os conteúdos disponibilizados através da plataforma “estudoemcasa”, não se encontram acessíveis à comunidade Portuguesa residente no estrangeiro.

Não respondendo ainda por completo à questão do ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro e às legítimas aspirações das comunidades portuguesas, o PCP considera que o acesso a estes conteúdos também poderia ser disponibilizado junto destas, já que embora não tendo um carácter de ensino no sentido formal, poderia constituir um contributo para a aprendizagem e contacto com a Língua Portuguesa.

Assim, face ao exposto, o PCP solicita ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Por que motivo as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro não têm acesso aos conteúdos disponibilizados na plataforma “estudoemcasa”?
2. Que medidas pensa o Governo implementar tendo por objectivo a resolução desta situação, alargando assim o acesso à plataforma “estudoemcasa” às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro?

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)